

O PRONOME ONDE NA CONFIGURAÇÃO SINTÁTICA DE ADJUNTOS SENTENCIAIS SEM UMA CATEGORIA VAZIA NA LÍNGUA PORTUGUESA

THE PRONOUN *WHERE* IN THE CONFIGURATION SYNTACTIC OF DEPUTIES SENTENCED WITHOUT AN EMPTY CATEGORIES IN PORTUGUESE

*Althiere Frank Valadares Cabral**

RESUMO: Neste artigo analisamos o uso do pronome *onde* em construções não canônicas da língua portuguesa no que se refere às suas operações computacionais discursivas. Nosso objetivo central consistiu-se em verificar como se realiza o pronome *onde* sem uma Categoria Vazia na sentença que encabeça. Encontramos a estrutura encabeçada pelo *onde* com seus predicadores saturados, o que a configurou como adjunto, que, como tal, se adjunge a constituintes sentenciais, estas estruturas encontram-se sempre à direita do constituinte adjungido.

PALAVRAS-CHAVE: onde, adjunção, categoria vazia.

ABSTRACT: In this paper, we analyze the use of the pronoun *where* in grammatically ordered statements of the Portuguese Language concerning to its discursive computational operations. Our main aim consisted in verifying the how is the pronoun *where* without an empty category in the sentence which heads. We found the structure headed by the *where* preachers with their saturated, which set up as adjuncts, as such it is adjoined to sentential constituents, these structures are always adjoined to the right of the constituent.

KEYWORDS: where, deputy, empty category.

* Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Macau/RN. Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC-Minas. Email: frankvaladares@hotmail.com, althiere.cabral@ifrn.edu.br.

O PRONOME *ONDE* NA CONFIGURAÇÃO SINTÁTICA DE ADJUNTOS SENTENCIAIS SEM UMA CATEGORIA VAZIA NA LÍNGUA PORTUGUESA

Introdução

O pronome *onde* vem sendo utilizado na língua portuguesa brasileira de maneira diversa àquela preconizada pela gramática normativa. A GT, a despeito da pertinência ou não de tal uso, aponta as construções que acontecem de maneira diversa do que ela prescreve como problemas estruturais que devem ser corrigidos, ditando “maneiras corretas” de usar o *onde*. Sem qualquer preocupação normativista, neste artigo pretendo descrever a realização do *onde* em construções a que chamaremos não canônicas do Português Brasileiro, por sua configuração sintática, no quadro teórico da Teoria dos Princípios e Parâmetros.

Para tanto, é relevante pontuar que, conforme demonstrei em trabalho anterior (CABRAL, 2010), entre as construções não canônicas do Português Brasileiro encabeçadas pelo *onde*, há construções com Categoria Vazia e sem Categoria Vazia ligada ao pronome no interior da sentença encabeçada por ele. Aqui neste trabalho, porém, abordaremos apenas aquelas em que está ausente a referida Categoria Vazia, doravante, CV.

Para esta descrição, começarei por configurar o quadro teórico de que me vali para a análise que se faz presente. Com base em postulados de Hauser, Chomsky e Fitch (2002), procuramos abarcar propriedades da Língua-I, de que trataram esses autores. Ou seja, este trabalho parte de uma noção de lin-

guagem inerente ao aparato cerebral do falante, de suas propriedades inatas e de seus parâmetros particulares. Como base de análise, apoiamos-nos, sobretudo, na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, organizada por Kato e Nascimento (2009).

Por se tratar de um trabalho que lida com conceitos da Gramática Gerativa, interessam-me, necessariamente, as operações que se dão em nível cerebral e que trazem implicações na construção de sentido na língua. Posto isso, não foram feitas análises quantitativas para, por exemplo, saber do uso mais ou menos frequente das construções aqui abarcadas nesse ou naquele dialeto. Também não há qualquer intuito normativista neste trabalho, como ainda não nos interessam sentenças mais bem formadas do ponto de vista, por exemplo, da coesão e da coerência. Interessa apenas saber a configuração do pronome tal qual ele acontece na língua portuguesa brasileira.

Diante desse fato, constituímos nosso *corpus* em diversos meios sem um critério mais rígido. A princípio, até separamos em dois grandes grupos, um de enunciados da língua escrita e outro da língua oral. Porém, como a análise nos apontou o fato de que tal divisão é indiferente, pois em ambas as modalidades da língua a função do *onde* se mostrou a mesma, podemos pensar em um único *corpus* constituído de enunciados da modalidade oral e da modalidade escrita da língua.

Basicamente, selecionamos enunciados escritos retirados de produções textuais de alunos de ensino médio tecnológico e superior e ainda de textos de *sites* da internet. Da modalidade oral, tomamos enunciados de candidatos a prefeito da eleição de 2008 em um debate televisionado, como ainda de discussões em apresentações de trabalhos em sala de aula. Ao todo, foram selecionados 45 enunciados, entre aqueles que apresentaram uma CV e aqueles que não apresentaram. Como já posto anteriormente, analisaremos apenas o segundo grupo.

1. Estado da arte

1.1 A gramática tradicional

A Gramática Tradicional (GT) define o pronome *onde* de maneira muito uniforme de autor para autor. Cunha e Cintra (2008, p. 365) classificam o *onde* entre os pronomes relativos e apontam o fato de alguns gramáticos definirem-no como advérbio relativo. Para tais gramáticos, quanto à função sintática, os pronomes relativos “desempenham sempre uma função sintática nas orações a que pertencem” (CUNHA; CINTRA, 2008, p.358).

Ferreira define os pronomes relativos como “aqueles que retomam um substantivo (ou um pronome) anterior a eles, substituindo-o no início da oração seguinte” (2003, p. 223). Esta retomada de que trata Ferreira pode ser vista em termos da relação estabelecida entre o relativo e seu antecedente. Para Sarmiento, “pronome relativo é aquele que liga duas orações, substituindo na 2ª oração uma palavra ou expressão antecedente, isto é, já expressa na 1ª oração” (2005, p. 200).

Segundo Cegalla, “pronomes relativos são palavras que representam substantivos já referidos, com os quais estão relacionados” (2007, p.184). O *onde* é um relativo e, conforme demonstraremos abaixo, segundo a tradição gramatical, relaciona-se com um tipo específico de antecedente, assumindo a função de adjunto adverbial de lugar.

Bechara confirma as definições de Cegalla (2007) e de Ferreira (2003), dizendo que os pronomes relativos “se referem a um termo anterior chamado de antecedente” (2004, p.171). E ainda complementa que, diferentemente das conjunções, o “relativo exerce sempre função sintática” (2004, p. 171). O autor não trata especificamente do relativo *onde*, mas, em um de seus exemplos, traz o relativo *onde*¹ na função de adjunto adverbial de lugar. A respeito dessa função sintática, Cipro Neto e Infante afirmam que “o pronome relativo desempenha uma função sintática na oração subordinada: ocupa o papel que seria exercido pelo termo antecedente” (2008, p. 426). Visto que a tradição gramatical estabelece que o antecedente do *onde* deve conotar lugar, depreende-se que a função sintática dele será a de adjunto adverbial de lugar. Ainda segundo Cipro Neto e Infante, “o pronome relativo *onde* atua sempre como adjunto adverbial de lugar” (2008, p.432).

Ferreira, tratando do uso normativo do *onde* e do *aonde* prescreve: “[...] essas duas formas de pronomes relativos só podem ser empregadas para indicar **lugar**” (2003, p.226).² Tal prescrição se repete em outros autores normativistas. Para este trabalho, interessa-nos sobremaneira o fato de esses autores negligenciarem as construções distintas dessas escritas, como que em uma veemente negação da existência delas. Mais que isso, todos eles atribuem o valor semântico de lugar ao elemento antecedente do pronome, ao qual ele se refere.

¹ Exemplo: A casa onde moro é espaçosa (BECHARA, 2004, p. 172).

² Grifo do autor.

1.2 Alguns estudos relevantes sobre o tema

Poucos autores se detiveram especificamente na análise do pronome *onde* fora do círculo dos autores tradicionais, que, por sua vez, só se interessaram pela prescrição de seu uso. Dentre os poucos estudos sobre o *onde* no Brasil, dois merecem destaque para nossa análise: um é de Vanda Bittencourt e outro, de Janice Marinho.

Vanda de Oliveira Bittencourt (2001, 2006) apresenta dois trabalhos de cunho diacrônico, portanto, distintos deste artigo, mas que serão de suma importância na análise de nossos dados. Em seu trabalho, ela se propõe a fazer uma análise do pronome *onde* e do pronome *u* em construções locativas do português medieval. Para tanto, elegeu como *corpus* as Cantigas de Santa Maria, texto do século XII.

Com tal trabalho, a pesquisadora mostra que as chamadas construções não canônicas com o uso do pronome *onde* já aconteciam nesse período, ou seja, ao contrário do que acreditam alguns estudiosos, não há necessariamente uma novidade em se usar tal pronome em construções em que a retomada dele não se dê sobre elementos locativos.

Um trabalho de caráter histórico, diacrônico e, sobretudo, em uma perspectiva funcionalista não resolve os problemas aqui investigados. Ou seja, o trabalho de Bittencourt nos abre muitas perspectivas, sobretudo de considerar o fenômeno como constituinte do pronome *onde* desde a gênese da língua portuguesa, e não de uma inovação da sincronia atual dessa língua. Apesar disso, o trabalho dela não revela as operações sintático-discursivas ou configurações computacionais no que se refere à construção com o *onde*. Todavia, tomaremos por base as definições dessa autora no que diz respeito ao funcionamento do pronome para, por meio de tais definições, descrevermos parte do comportamento do pronome.

Janice Helena Chaves Marinho (1999, p.166), tratando do *onde*, parte da gramática funcional e vem abordar o uso do pronome sob a ótica da gramaticalização. Embora muito presa às questões normativas da língua, deixa claro em seu trabalho que reduzir as questões do relativo *onde* como “erro” é reduzir o fenômeno ao produto. Todavia, sem considerar o processo, a autora trata as construções com o *onde* como problema de coesão. O aspecto normativo de seu texto fica latente em excertos como o que se segue:

O emprego inadequado – em que se desobedece à norma do português padrão – de elementos coesivos pode levar a dificuldades na leitura, uma vez que in-

terfere no estabelecimento de inferências bem como na formulação de previsões, processos que fazem parte da compreensão da linguagem (MARINHO, 1999, p. 162).

Como nos manuais normativos, a autora supõe, para grande parte dos enunciados de seu *corpus*, a possibilidade de permuta entre o pronome *onde* e outros relativos. Contudo, ela aponta para o fato de haver construções em que a substituição simples do relativo não “resolve” o problema. Assim temos:

- (1) *Geralmente são três os entrevistados onde cada entrevista é separada pelo tempo comercial e ao final do programa há quase sempre uma apresentação musical.*
- (2) *Gama Cury reconhece que estes verbos têm predicação incompleta, se completa com um adjunto adverbial, isto é que faz o papel de complemento, onde deveriam ser chamados de transitivos, mas ele não vai contra a nomenclatura tradicional e os classifica como intransitivos, isto é incoerente.³*

Segundo Marinho, nessas ocorrências, o *onde* poderia mesmo ser retirado do contexto sem um prejuízo de sentido. Ainda segundo ela, o *onde* funcionaria como conector, elo coesivo do texto.

Como se pode observar, os dois trabalhos ora citados não se enquadram na perspectiva teórica de que tratamos aqui, uma vez que o primeiro abarca uma perspectiva diacrônica e o segundo opera com pressupostos da gramática funcional, e mais que isso, vale-se de considerações prescritivistas que não coadunam com os propósitos desta análise.

2. Base teórica

2.1 A noção de linguagem adotada

Neste trabalho, adotamos a noção de linguagem de Hauser, Chomsky e Fitch (2002, 2005). Segundo tais autores, a linguagem humana em sentido estrito é biologicamente determinada e, como tal, deve ser estudada no âmbito das ciências naturais.

Visto assim, estudar a linguagem é estudar fenômenos da mente/cérebro, o que, para Chomsky (2005), está destituído de qualquer conotação metafísica e, por isso, deve ser estudado como se estuda qualquer outro órgão humano.

³ Exemplos retirados do trabalho da autora citada (MARINHO, 1999).

É a partir dessa concepção de linguagem natural que pautaremos todo nosso trabalho. Para Hauser, Chomsky e Fitch (2002, 2005), a linguagem é um sistema, mais precisamente, a Faculdade da Linguagem em Sentido Amplo (FLSA) – Faculty of Language in the Broad Sense – abriga diversos subsistemas, entre eles o percepto-articulatório e o conceitual-intencional, que são, na realidade, níveis de interface que, por meio de algumas operações, transformam os sons da língua em significado.

Para este trabalho, um outro componente da FLSA que nos interessa sobremaneira é a Faculdade da Linguagem em Sentido Estrito (FLSE) – Faculty of Language in the Narrow Sense. Na realidade, FLSE é o subcomponente computacional, que se restringe à recursão, operação básica do processamento cognitivo que torna possível, a partir de um número finito de dados, gerar um número infinito de sentenças em uma língua. Em outras palavras, a FLSE constitui a chamada Língua-I, um subcomponente de FLSA, a partir do qual consideraremos o fenômeno particular estudado neste artigo.

Nessa perspectiva, quando um adulto tem seu órgão da linguagem relativamente estabilizado, dizemos que ele já tem uma língua e esta língua é um estado da faculdade da linguagem, chamada de Língua-I, que recebe esse nome por ser Interna, Individual, Intencional, em uma “formulação efetiva dos princípios gerativos”⁴ (CHOMSKY, 2004).

A FLSE, a partir de um conjunto finito de dados, torna possível a construção infinita de expressões linguísticas. Esse é um dos princípios básicos da Gramática Gerativa. A sintaxe é, portanto, o “arranjo” desses dados, uma junção inteligível de som e de significado, junção sintática essa que possibilita a articulação entre diversos níveis de interface.

2.2 A contribuição de Kato e Nascimento

A *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, organizada por Kato e Nascimento (2009), nos forneceu alguns pressupostos básicos desta pesquisa, como os relativos à Predicação, à Complementação, à Adjunção e à constituição das Construções-Q no Português. Tal trabalho foi, portanto, o fio condutor de toda a pesquisa aqui estabelecida.

A partir dos conceitos de Predicação, de Complementação e de Adjunção podemos lidar com os dados do *corpus* a partir de sua configuração sintáti-

⁴ The actual formulation of the generative principles (Livre tradução).

ca. Também as Construções-Q foram abordadas com o intuito de traçarmos uma adequada descrição dos fatos linguísticos aqui estudados.

Entre outros fatores relevantes, o trabalho de Kato e Nascimento (2009) nos forneceu conceitos que esclarecem como se processa a atribuição de caso e de papéis temáticos. Ou seja, de que maneira o sistema computacional encarrega-se de articular a Estrutura Temática e a ordem dos constituintes estabelecida pela atribuição de Caso na realização das estruturas que até aqui estamos chamando de realizações não canônicas do pronome *onde*?

O léxico, conforme se entende neste quadro, divide-se em categorias de diferentes tipos. São eles: **predicados, argumentos e itens funcionais**. Os **predicados** possuem uma Estrutura Temática, ou seja, atribuem papéis temáticos, ao passo que os **argumentos** realizam esta Estrutura Temática atribuída pelos predicados. Visto assim, argumentos não possuem a Estrutura Temática. Para além deles, há itens que não atribuem e nem realizam papéis temáticos, mas possibilitam sua realização: são os **Itens Funcionais**. Ou, em outras palavras, o léxico fornece informações quanto ao fato de um sintagma funcionar como predicador, como complemento ou como adjunto.

Rocha e Lopes (2009, p. 195-206) trazem a respeito da adjunção relevantes considerações. Segundo elas, a sentença não pode expandir sua natureza categorial uma vez que está limitada a três argumentos, mas isso, do ponto de vista da predicação e da complementação, porque, do ponto de vista da adjunção, os fatos são outros. A adjunção se define, pois, pela não expansão da natureza categorial da sentença a que um adjunto se adjunge. Mais que isso, um argumento é selecionado pelo seu predicado. Por exemplo, é o verbo que seleciona seus argumentos, internos e externos, ao passo que na adjunção é o adjunto que “escolhe” o verbo, ou qualquer outro elemento a que ele vai se adjungir. Apesar de relativamente livres, os adjuntos normalmente se comportam de maneira bastante uniforme, indicando que há, sim, restrições quanto aos seus movimentos. Restrições impostas pelos próprios adjuntos, e não pelos termos a que se adjungem.

Tendo em conta o fato de não serem selecionados pelo predicado, *a priori*, podemos adjungir quantos constituintes quisermos a uma sentença. Cabe, porém, ser posto que, como afirmam Rocha e Lopes, apesar de não ser selecionado, o comportamento de um adjunto é bastante previsível.

Normalmente, ele acontece em lugares específicos da sentença e isso traz implicações importantes para a construção de sentido.

As Construções-Q do Português merecerão aqui maior atenção devido à sua relevância para esta pesquisa. Procuraremos agora mostrar como acontece a computação responsável pela organização de estruturas que contêm o Pronome-Q em sua constituição.

O que aqui chamamos de Pronomes-Q são os pronomes *que*, *quem*, *qual*, *o que*, ***onde***,⁵ *quando*, *como*, *quanto*, *cujo*, que, segundo Braga, Kato e Mioto, “podem aparecer introduzindo diversos tipos de sentença: pergunta-Q matriz, pergunta-Q encaixada, relativa e relativa livre” (2009, p. 241) e que correspondem aos seguintes exemplos, respectivamente:

- (3) *Quem* gosta de tomar sorvete?
- (4) *Ainda não sei quantos virão à festa.*
- (5) *Hoje já não tenho os problemas de que falei.*
- (6) *Quem ama o feio, bonito lhe parece.*

Conforme está posto acima, o *onde* está, a princípio, dentre as chamadas Construções-Q. Justamente por isso, agora vamos proceder a uma representação dos mecanismos computacionais responsáveis pela organização dessas estruturas para, posteriormente, podermos atestar a permanência ou não dele entre as Construções-Q nas realizações não canônicas de que trata esta pesquisa.

3. Estruturas não canônicas encabeçadas por *onde*

Tomando, pois, o *corpus* de nossa análise, vemos que, contrariamente ao que prescreve a Gramática Tradicional, segundo a qual, quando o *onde* acontece como pronome relativo, ele retoma anaforicamente um termo antecedente e na sentença subordinada exerce a função de adjunto adverbial de lugar, a exemplo de (7), nas construções não canônicas encontramos outra realidade:

- (7) *Quero uma casa no campo, [_{SC} onde]₁ [_{Flex}'' eu possa ficar [₁] do tamanho da paz]]*

⁵ Grifo nosso.

Como se vê, nas sentenças canônicas, havendo uma preposição, ela é arastada para a cabeça da sentença junto com o relativo, o que não é o caso de (7). Mais que isso, o que nos parece relevante aqui é apontar o fato de que, na oração a seguir, retirada do nosso *corpus*, não há uma categoria vazia ligada ao *onde*. Considere-se:

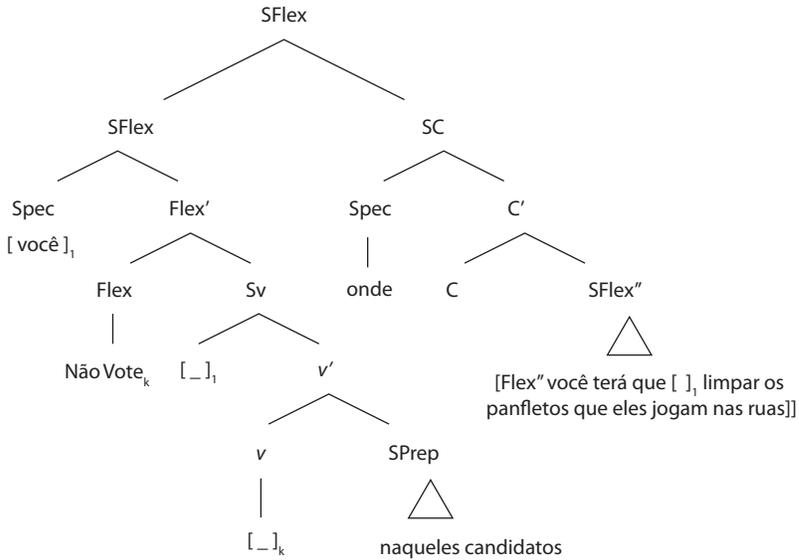
(8) Não vote naqueles candidatos [SC onde [Flex^v você terá que limpar os panfletos que eles jogam nas ruas]].⁶

Em (8), o *onde* não instancia um argumento da subordinada. Sua função é a de encabeçar o adjunto sentencial. Posto assim, a sentença subordinada é um adjunto de uma sentença anteriormente realizada, no caso, a principal. Com isso, estamos compreendendo a subordinada como um constituinte que se adjunge a uma sentença. Além disso, temos o *onde* que introduz a sentença subordinada, que, sendo uma sentença adjungida, ou, melhor dizendo, um adjunto sentencial, predica sobre a sentença matriz, como demonstraremos na sequência. O que nos leva a compreender a sentença encaixada como adjunto é o fato de a sentença matriz (não vote naqueles candidatos) estar saturada quanto à sua predicação. Perceba-se que o verbo *votar* seleciona dois argumentos: um externo, *você*, e outro interno [*naqueles candidatos onde [Flex^v você terá que limpar os panfletos que eles jogam nas ruas]*]. Visto assim, introduzida pelo *onde* a sentença não aparece para satisfazer uma exigência do verbo ou de outro predicador; não é, portanto, tematicamente selecionada, o que lhe dá o estatuto de adjunto.

A sentença subordinada, por sua vez, também está saturada quanto à sua predicação. Quando tomamos a estrutura [*Flex^v você₁ terá que []₁ limpar os panfletos que eles jogam nas ruas*], percebemos que os argumentos saturam os predicados da sentença. Diante do que podemos representar a realização do *onde* na árvore que se segue.

⁶ (Fala de candidato à prefeitura da cidade de Montes Claros, em Minas Gérias, em debate televisivo em 2 de outubro de 2008).

(9)



Como se pode averiguar, o *onde* encabeça uma sentença que está adjungida a toda sentença matriz. Diferentemente do que encontramos nas relativas, não há uma Categoria Vazia ligada ao *onde* na sentença encaixada.

Considerando-se que o *onde* introduz a sentença adjungida, sem ligar nenhuma Categoria Vazia, cai por terra sua função tradicional de Pronome Relativo nessas construções. O *onde* funciona como uma espécie de complementizador que introduz o adjunto sentencial, já que todos os dados do *corpus* trouxeram formas sentenciais para as estruturas encabeçadas por esse *onde*. Posto dessa forma, a proposta de análise do fenômeno aqui disposta difere da análise tradicional por abordar o fenômeno por sua configuração sintática tal qual ela acontece no discurso, a despeito de qualquer valoração de cunho normativo, ou mesmo de clareza textual nos moldes da coesão ou da coerência.

Com isso, entendemos que todos os dados do *corpus* serão contemplados, no sentido de terem seus mecanismos computacionais descritos e explicados quanto ao licenciamento de sua realização na língua portuguesa brasileira atual.

Posto assim, não podemos falar em retomada, conforme acontece nas construções canônicas que, segundo Ferreira, sempre são constituídas por

pronomes relativos, que são, para ele, “aqueles que retomam um substantivo (ou um pronome) anterior a eles, substituindo-o no início da oração seguinte” (2003, p. 223).

Todavia, quando tomamos o *onde* como um complementizador que encaixa a sentença subordinada, o que percebemos é que a sentença encaixada, à maneira de alguns adjuntos, parte da sentença matriz, que pode ter outra sentença como constituinte, exercendo sobre ela, a matriz, um tipo de predicação.

Ou seja, quando em uma sentença canônica, no ponto de vista tradicional, o *onde* introduz uma sentença cujo escopo incide sobre um constituinte nominal específico, constituinte esse retomado pelo relativo, conforme Ferreira (2003), e, portanto, especificamente pelo relativo *onde*. Nas sentenças não canônicas até agora consideradas, a predicação realizada pela sentença encaixada sobre a matriz se dá em vários constituintes dessa matriz, podendo ainda se dar sobre a sentença inteira, como é o caso de (8).

Tais relações estabelecidas entre sentença adjungida e termo antecedente são de cunho sintático, contudo, um ponto relevante a ser analisado é a função semântica dos adjuntos. Quando um constituinte se adjuge a outro constituinte, diferentemente do que acontece, por exemplo, com os complementos e com os verbos, em que a projeção de um verbo deixa de ser (V) e passa a ser (V'), com os adjuntos, a projeção é a mesma, apenas se acrescenta mais uma camada. Por isso mesmo, é lícito afirmar que o adjunto exerce junto ao constituinte adjungido uma função semântica, restringindo-o ou especificando-o, “os adjuntos têm (...) um domínio semântico de atuação que se traduz, entre outras coisas, pela relação de escopo que possam tomar” (ROCHA; LOPES, 2009, p. 212). Sobre tal escopo, trataremos mais detidamente do *corpus*. Rocha e Lopes ainda lembram que os adjuntos podem se realizar por meio de um SC, de um SPrep ou de advérbio. Mas que é preciso “considerar que uma mesma função semântica pode realizar-se pelas três formas” (2009, p. 212). A este trabalho interessam, mais especificamente, os SCs, uma vez que os adjuntos encabeçados pelo *onde* não canônicos se realizaram todos como SC.

No que diz respeito à posição dos adjuntos, tomaremos o seguinte excerto de Rocha e Lopes: “Embora não haja uma correlação absoluta entre forma, função semântica e posição dos adjuntos, algumas funções privilegiam determinadas posições [...] espera-se encontrar, por exemplo, advérbios aspectuais próximos aos verbos, modalizadores no início (linear) das sentenças etc.” (2009, p. 218).

Como fica claro, há uma predileção dos adjuntos quanto à sua posição na sentença. Rocha e Lopes ainda afirmam que, quando os adjuntos são realizados por sentenças, há uma tendência a ocuparem a posição inicial ou final do enunciado. Procuraremos, na análise de nosso *corpus*, averiguar a pertinência de tal afirmação para as sentenças encabeçadas pelo *onde* nas construções não canônicas. Por ora, podemos perceber, em (8), a posição final ocupada pela sentença adjungida.

Na análise da posição de adjuntos sentenciais Rocha e Lopes (2009, p. 218-220) se detiveram às sentenças condicionais, causais e temporais. Nenhum de seus exemplos trouxe o *onde* na cabeça de tais sentenças.

Por fim, considerando o fato de que um adjunto escolhe o tipo de constituinte a que se adjunge, e que pode haver uma relação entre a forma, a função semântica e a posição de tais adjuntos na frase, nas sentenças seguintes procuraremos depreender a natureza de tais constituintes a fim de aventarmos uma generalização nesse sentido. A título de observação, cabe pautar que, em (8), a sentença encabeçada pelo *onde* se adjunziu a uma sentença plena. Perceba-se a toda sentença e não apenas a um constituinte específico. Verificaremos, portanto, se isso é fato recorrente em outros dados do *corpus*.

Tomaremos, pois, análise de (8) por base. Na sequência, analisaremos outros dados encontrados no *corpus* coletado da modalidade oral. Para o momento, é ainda importante ressaltar, mais uma vez, algumas diferenças até aqui encontradas entre as estruturas com *onde* de nosso *corpus* e as chamadas construções canônicas.

As construções não canônicas diferem então das canônicas por não possuírem, na sentença encaixada, uma categoria vazia ligada ao *onde* e também por não se relacionarem anaforicamente a um constituinte específico da sentença matriz. Também as relativas livres, conforme apontam Braga, Kato e Mioto, “nunca modificam um núcleo nominal” (2009, p. 247), mas seu estatuto é distinto das construções objeto desta pesquisa. Percebe-se a diferença a partir da seguinte comparação:

(10) Tem **quem**⁷ diga que não, que a sociologia do direito é estudada por **quem** faz ciência social... sociologia jurídica.⁸

(11) Ele fez os bolinhos **como** manda a receita.

⁷ Grifos dos autores.

⁸ Fonte: (BRAGA; KATO; MIOTO, 2009, p. 247).

(12) Não vote naqueles candidatos [SC onde [Flex” você terá que limpar os panfletos que eles jogam nas ruas]].

Em (10) a relativa livre é argumento da sentença anterior; em (11) é um adjunto. A tradição gramatical classifica (10) como sentença substantiva e (11) como adverbial. Esta análise aproxima (11) de (12) na constituição sintática, já que na relativa livre também pode haver uma relação de adjunção entre sentença encaixada e sentença matriz sem uma categoria vazia no interior da sentença subordinada ligada ao *onde*.

Procederemos à análise de mais um de nossos enunciados para, a partir dele, fazermos nossas considerações.

(13) Eu tive um filho, [onde [foi uma grande bênção em minha vida]].⁹

À maneira de (8), em (13), diferentemente do que acontece com as construções relativas canônicas com o *onde*, não se pode atribuir a um constituinte específico a retomada anafórica. Na realidade, mesmo o fato de haver uma retomada por meio do *onde* já não se sustenta.

Analisando a sentença encabeçada pelo *onde*, temos “foi uma grande bênção em minha vida”, uma construção cujo predicador, uma minioração, tem seus argumentos realizados.

Ou seja, com isso assumimos que, ao menos para os dados até aqui levantados relativos às construções não canônicas, a noção de retomada anafórica das sentenças encabeçadas pelo *onde* não se sustenta. Em tais sentenças, o *onde* não é um relativo, mas um operador discursivo que introduz um adjunto sentencial que predica sobre a referência da sentença matriz. Para atribuímos tal natureza ao *onde* das construções que analisamos nesta pesquisa, tomaremos dados de nosso *corpus* sob fundamentos fornecidos por Braga e Nascimento (2009, p. 295-321). No capítulo “A interação entre adjuntos e discursivos” os autores discutem o estatuto desses construtos linguísticos na língua falada e, com isso, dão suporte a esta nossa argumentação.

Partindo de algumas postulações de Cunha e Cintra, nas quais os gramáticos definem as “palavras denotativas” da língua portuguesa, Braga e Nascimento começam por apontar que, na abordagem tradicional, o que Cunha e Cintra classificam como “palavras denotativas” traz implícito que tais

⁹ (Redação escolar, aluno do primeiro ano do ensino médio da modalidade EJA do IFRN, da cidade de Macau, Rio Grande do Norte, em 13 de novembro 2009).

palavras, ou expressões, “não devem submeter-se a uma classificação sintática”. Mais que isso, tais constituintes fazem parte de fatores discursivos e, como tal, “não devem, ou não podem, receber um tratamento sintático” (2009, p. 298).

Ou seja, as construções abordadas como palavras denotativas na gramática tradicional recebem estatuto diverso no quadro adotado para construção desta pesquisa, ao que agora discutiremos brevemente para uma delimitação da natureza do *onde*.

O ponto do texto de Braga e Nascimento que se nos mostrou mais relevante para este trabalho está na afirmação deles de que “a adjunção se caracteriza como uma operação que conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso” (2009, p. 311). Noutras palavras, estamos falando da interface sintaxe-discurso.

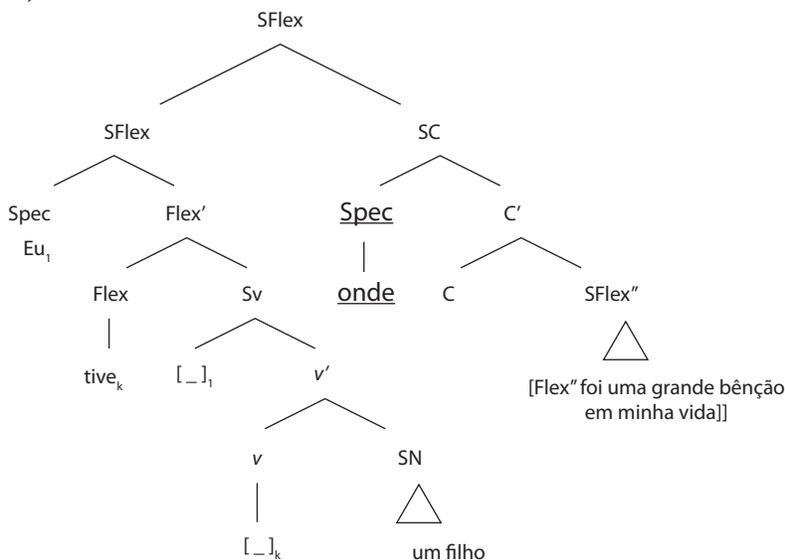
Com isso, os chamados operadores discursivos são postos como construtos que conectam enunciado e discurso. Tal conexão, claro, recebe restrições da Língua-I, mas também se valem de critérios de escolha do falante. Algo complexo na distribuição dos constituintes na linearidade do discurso, já que estamos lidando com termos não categoricamente estabelecidos, em contraposição a outros termos da sentença, categoricamente estabelecidos (BRAGA; NASCIMENTO, 2009, p. 296). Quanto à definição mais precisa dos operadores discursivos, adotamos a definição de Ribeiro, para quem “tais operadores atuam como itens funcionais, cuja significação só se efetiva no interior do discurso” (2009, p.111).

Voltando ao objeto específico deste nosso trabalho, ao conceber o *onde* de algumas das construções não canônicas analisadas nesta pesquisa como um operador discursivo, estamos, com isso, postulando seu posicionamento frente a uma interface sintático-discursiva, redirecionando a postulações tradicionais que dão ao constituinte.

Por ora, retomaremos os dados do *corpus* para, mais adiante, confirmar ou não o estatuto do *onde* na condição que discutimos neste momento. Ou seja, mais adiante vamos perceber se o *onde* opera no nível da sentença ou se no nível do enunciado.

Perceba-se que o constituinte sobre o qual acontece a predicação, no caso de (13), é toda a sentença matriz, que aqui aparece como uma sentença plena, como aconteceu em (8), mas outros dados da pesquisa não postos neste artigo nos mostraram que tal predicação pode se dar em miniorações. Quanto à estrutura sintática em si, o *onde* ocupa o lugar de SPEC de C”, o que, a partir do exemplo supracitado, assim podemos representar:

(14)



Visto assim, o fenômeno de (14) não difere do que aconteceu na sentença (8), anteriormente analisada, confirmando que a mesma análise aplica-se às duas orações. A concatenação de sentidos entre a sentença matriz e a sentença adjungida se realiza por meio do *onde* que aqui possui natureza de operador discursivo. Ou seja, opera na interface da sentença e do enunciado, ou, melhor dizendo, entre a sintaxe e o discurso.

Também a posição da sentença adjungida é a mesma. Ela aparece à direita da sentença adjungida, portanto, no final da construção. O que encontramos nessas duas sentenças esmiuçadas em nossa análise foi encontrado também nas outras construções de nosso *corpus* que não estão expostas neste arquivo.

Considerações finais

A partir da análise realizada por meio desta pesquisa, podemos fazer as seguintes generalizações dos fatos encontrados relativos à função do *onde* na configuração de adjuntos sentenciais sem uma CV ligada ao *onde* no interior da sentença encabeçada por ele:

- a) não há uma CV ligada ao *onde* na sentença introduzida por ele;

- b) os predicadores da sentença adjungida, encabeçada pelo *onde*, estão saturados quanto à realização de seus argumentos;
- c) as sentenças encabeçadas pelo *onde* são todas adjuntas a um constituinte da sentença matriz;
- d) o constituinte a que se adjunge a sentença introduzida pelo *onde* é de natureza sentencial, podendo ser realizado como uma sentença plena ou como uma minioração;
- e) pode haver mais de uma sentença adjungida ao constituinte sentencial da matriz, uma vez que, sendo adjunto, a sentença encaixada não muda a natureza categorial do constituinte a que adjunge, ficando pendurado à borda de sua projeção máxima;
- f) o pronome *onde* funciona como uma espécie de operador discursivo, operando na interface sintático-discursiva e, por fim, ocupa a posição de SPEC de C”;
- g) a sentença adjungida fica à direita da matriz.

Postas essas generalizações, é fundamental explicitar que o *onde* se realiza de tal forma diverso do prescrito pela gramática tradicional, que qualquer prescrição com intuito de engessar o uso desse pronome não refletirá a maneira que ele é gerado pelos mecanismos cerebrais constituintes dos Princípios e Parâmetros da Língua Portuguesa. Outras formas ainda foram encontradas nesta pesquisa e não foram descritas nem explicadas neste arquivo, e é possível ainda que o *onde* se encontre em outros lugares e tempos da língua ainda não vislumbrados pelas pesquisas linguísticas, que, por mais avançadas que estejam, ainda se encontram muito aquém das possibilidades gerativas do cérebro humano.

Referências Bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. U e onde nas Cantigas de Santa Maria: caminhos de gramaticalização e discursivização. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 2001, Belo Horizonte/MG. *Cadernos de Resumos do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: FUJMAR/PUC-Minas, 2001. v. 1. p. 76-86.

_____. Variação e mudança no português arcaico: um antigo e novo *onde* nas Cantigas de Santa Maria. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 178-192, 2006.

BRAGA, M. Luiza; KATO, Mary A.; MIOTO, Carlos. As Construções-Q no Português Brasileiro Falado. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____; NASCIMENTO, Milton do. A interação entre adjuntos discursivos. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

CABRAL, A. F. Valadares. *A função do onde na configuração de adjuntos sentenciais no Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUC Minas, Belo Horizonte, 2010.

CEGALLA, D. Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2008.

CHOMSKY, Noam. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da mente*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: FTD, 2003.

HAUSER, Mark; CHOMSKY, Noam; FITCH, Tecumseh. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? In: *Science's Compass*. v. 298, nov. 2002.

HAUSER, Mark; CHOMSKY, Noam; FITCH, Tecumseh. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. In: *Cognition*. v. 97, fev. 2005.

MARINHO, Janice Helena Chaves. O uso do onde no texto acadêmico. *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte, v.8, n.1, p.159-170, jan.-jun. 1999.

RIBEIRO, Luiz Antônio. O operador discursivo ‘mas’ e a contraposição de domínios de referência. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, 2009.

ROCHA, Maura A. Freitas; LOPES, Ruth E. Vasconcellos. Adjunção. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

Recebido em 29 de janeiro de 2011

Aceito em 10 de junho de 2011